**TERMO DE REFERÊNCIA**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

MENOR PREÇO

**CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DAS AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DA BAHIA.**

**Novembro/2023**

**ÍNDICE**

[1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO 3](#_Toc143672975)

[2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES 3](#_Toc143672976)

[3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO. 6](#_Toc143672977)

[4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO 7](#_Toc143672978)

[5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS 9](#_Toc143672979)

[6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 10](#_Toc143672980)

[7. VISITA AO LOCAL DAS OBRAS 10](#_Toc143672981)

[8. PROPOSTA FINANCEIRA 11](#_Toc143672982)

[**9.** **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** 12](#_Toc143672983)

[10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 15](#_Toc143672984)

[11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA 16](#_Toc143672985)

[**12.** **FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** 16](#_Toc143672986)

[13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS 18](#_Toc143672987)

[14. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO 18](#_Toc143672988)

[15. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS 19](#_Toc143672989)

[16. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS 19](#_Toc143672990)

[17. MULTAS 20](#_Toc143672991)

[18. GARANTIA DE EXECUÇÃO 20](#_Toc143672992)

[19. FISCALIZAÇÃO 21](#_Toc143672993)

[20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS 23](#_Toc143672994)

[21. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO 24](#_Toc143672995)

[22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 24](#_Toc143672996)

[23. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA 28](#_Toc143672997)

[24. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF 30](#_Toc143672998)

[25. MATRIZ DE RISCOS 31](#_Toc143672999)

[26. CONDIÇÕES GERAIS 31](#_Toc143673000)

[27. ANEXOS 32](#_Toc143673001)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

# OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão das ações de revitalização e desenvolvimento territorial na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado da Bahia.

## O objetivo deste Termo de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais principais e o fornecimento de todas as informações que permitam a elaboração de edital, apresentação de propostas e, posteriormente, a celebração de contrato para execução dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão das ações de revitalização e desenvolvimento territorial, localizado no(s) município(s) abrangidos pela 2ª Superintendência Regional (2ª SR) da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

## Código SIASG – CATSER: 22144 – Plano emergencial – Prevenção/Controle Ambiental.

# TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**2ª SEGUNDA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF (2ª/SR)** – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência. Localizada em Bom Jesus da Lapa – Bahia, à Av. Manoel Novaes, S/N, Centro.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** instrumento firmado entre o órgão licitador e a empresa que participou da disputa licitatória e que tenha sido classificada, onde assume compromisso para o fornecimento de bens e serviços, em conformidade com as condições, preços e prazos registrados no Sistema de Registro de Preços.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**CONSELHO PROFISSIONAL**: Entidade que regula as atividades profissionais da empresa ou profissional em determinada área de atuação, a exemplo do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**: procedimento especial de licitação, que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão, único do gênero, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

**CONTRATANTE:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, doravante denominada Codevasf;

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO**: Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preço da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:** Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os serviços e os procedimentos de execução a serem adotados para atendimento do objeto. Têm como finalidade de definir o escopo dos serviços. São partes integrantes das especificações técnicas:

Generalidades - incluem o objetivo, identificação dos estudos, regime de execução dos serviços, fiscalização, recebimento dos serviços, classificação dos serviços (item b).

Descrição dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato.

**GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: empregado da CODEVASF formalmente designado responsável por gerenciar a ata de registro de preços durante seu período de validade.

**INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)**: procedimento preliminar à realização do certame licitatório em que o órgão licitador torna pública sua intenção de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preço, abrindo-se assim oportunidade para que outros órgãos governamentais possam utilizar o processo do órgão licitador para adquirir bens e serviços de mesma natureza.

**LICENÇA AMBIENTAL**: Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimento ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**MATRIZ DE RISCOS** – cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

1. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
2. Estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
3. Estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

**NOTA DE EMPENHO** – Documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.

**PCMAT** – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho é um programa cujo objetivo é prevenção dos riscos e a informação e treinamento dos operários que ajudarão a reduzir as chances dos acidentes e suas consequências quando são produzidos.

**PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional é um programa que deve ser elaborado e implantado em todas as empresas que possuam funcionários registrados. A obrigatoriedade da implantação do PCMSO é dada pela NR 07, em seu item 7.1.1: "Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores". O objetivo do PCMSO é estabelecer um sistema de detecção precoce de doenças relacionadas ao trabalho. Como parte integrante do PCMSO é realizada os seguintes exames médicos ocupacionais: pré-admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais.

**PLANO DE TRABALHO** – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

**PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA -** PCAO consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra.

Como objetivos específicos:

1. Executar a obra de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
2. Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
3. Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra;
4. Evitar interferências negativas, das atividades na obra e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

**PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais é um conjunto de ações visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. São considerados riscos ambientais os agentes químicos, físicos e biológicos. São considerados fatores de riscos ambientais a presença destes agentes em determinadas concentrações ou intensidade. O tempo máximo de exposição do trabalhador a esses agentes é determinado por limites pré-estabelecidos.

**PROJETO BÁSICO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

1. Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do empreendimento e identificar seus elementos constitutivos com clareza;
2. Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de implantação do empreendimento a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;
3. Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à implantação do empreendimento, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o mesmo;
4. Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a implantação do empreendimento;
5. Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da implantação do empreendimento, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;

**PROJETO EXECUTIVO** – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**PROPOSTA DE PREÇOS** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

**PROPOSTA TÉCNICA** – Documento apresentado, fundamentado no detalhamento estabelecido neste Termo de Referência, subsidiado por justificativas metodológicas, bem como dos recursos humanos e materiais, definidos e quantificados a critério do concorrente licitante, segundo os quais o mesmo se propõe a executar os serviços.

**RELATÓRIO FINAL** – Documento elaborado pela contratada, prevista ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.

**RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO** – Documento a ser emitido pela contratada, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados.

**REUNIÃO DE PARTIDA** – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.

**SERVIÇOS SIMILARES OU CORRELATOS** – Projetos elaborados anteriormente com o mesmo grau de dificuldade e controle dos propostos neste Termo de Referência.

**2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa - Bahia, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência:

**2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Superintendência Regional da CODEVASF localizada no município de Bom Jesus da Lapa/BA no seguinte endereço:

Av. Manoel Novaes, s/n - Centro

CEP: 47.600-000, Bom Jesus da Lapa – BA

Fone: (77) 3481-8000

**TAREFA –** Descreve uma unidade de trabalho desempenhada por funções específicas. A granularidade de uma Tarefa geralmente são algumas horas em poucos dias. Geralmente afeta um ou apenas um número pequeno de Produtos de Trabalho.

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

# FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

* 1. Forma de Realização: Lei das Estatais – Forma Eletrônica.
  2. Regimede Execução: Empreitada por Preço Unitário.
  3. Valorestimado: R$ 4.990.626,57 (quatro milhões, novecentos e noventa mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos).

## **Item I** R$ 1.487.032,19 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, trinta e dois reais e dezenove centavos).

## **Item II** R$ 1.697.838,14 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e quatorze centavos).

**Item III** R$ 912.579,38 (novecentos e doze mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos).

**Item IV** R$ 893.176,86 (oitocentos e noventa e três mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

* 1. **Critério de Julgamento:** Menor Preço por item.

# LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

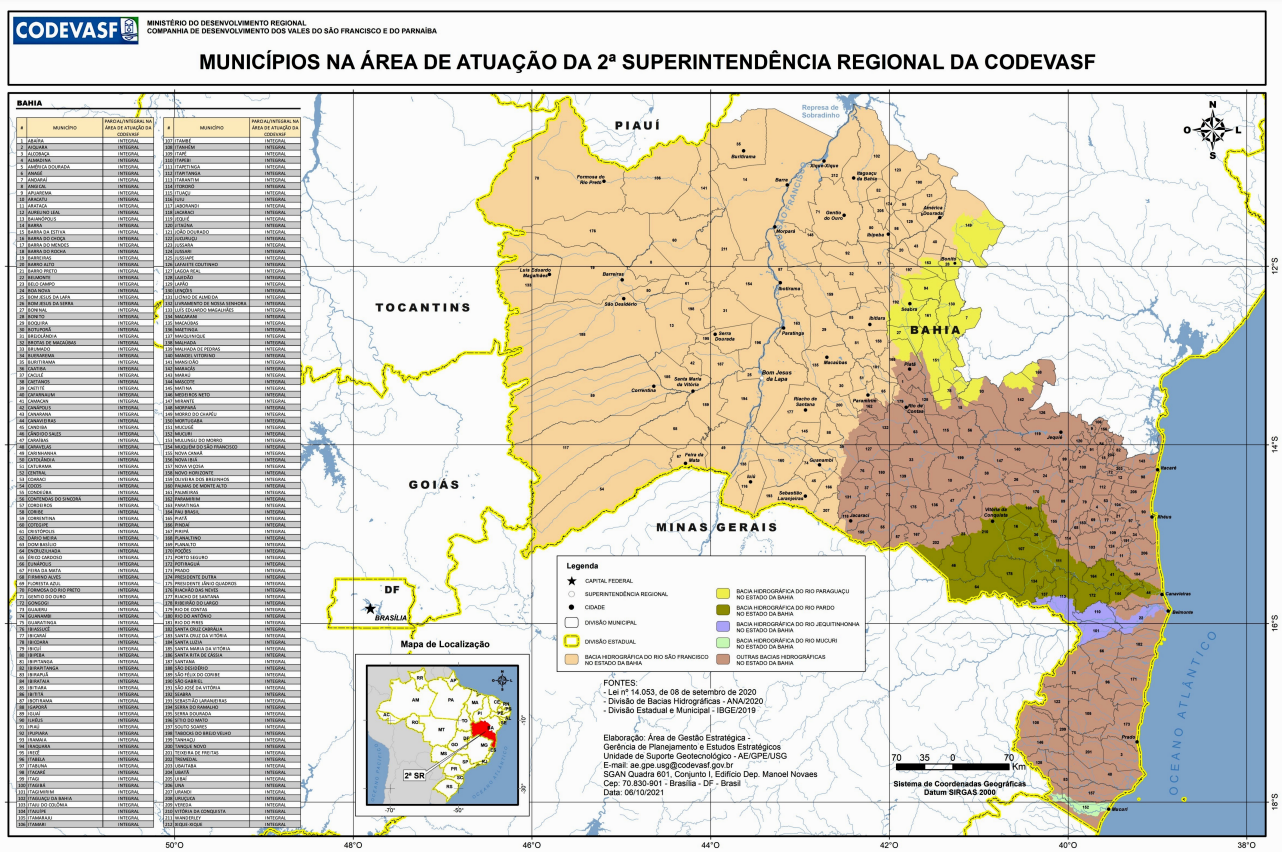


Figura 1 – Municípios baianos atendidos pela 2ª SR CODEVASF

## Os serviços serão executados nos municípios atendidos pela 2ª Superintendência Regional da CODEVASF listados abaixo.

**ITEM 01:** Abaíra, Aiquara, Alcobaça, Almadina, América Dourada, Anagé, Andaraí, Angical, Apuarema, Aracatu, Arataca, Aurelino Leal, Baianópolis, Barra, Barra Da Estiva, Barra Do Choça, Barra Do Mendes, Barra Do Rocha, Barreiras, Barro Alto, Barro Preto, Belmonte, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus Da Lapa, Bom Jesus Da Serra, Boninal, Bonito, Boquira, Botuporã, Brejolândia, Brotas De Macaúbas, Brumado, Buerarema, Buritirama, Caatiba, Caculé, Caetanos, Caetité, Cafarnaum, Camacan, Canápolis, Canarana, Canavieiras, Candiba, Cândido Sales, Caraíbas, Caravelas, Carinhanha, Catolândia, Caturama, Central, Coaraci, Cocos, Condeúba, Contendas Do Sincorá, Cordeiros, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Dário Meira, Dom Basílio, Encruzilhada, Érico Cardoso, Eunápolis, Feira Da Mata, Firmino Alves, Floresta Azul, Formosa Do Rio Preto, Gentio Do Ouro, Gongogi, Guajeru, Guanambi, Guaratinga, Ibiassucê, Ibicaraí, Ibicoara, Ibicuí, Ibipeba, Ibipitanga, Ibirapitanga, Ibirapuã, Ibirataia, Ibitiara, Ibititá, Ibotirama, Igaporã, Iguaí, Ilhéus, Ipiaú, Ipupiara, Iramaia, Iraquara, Irecê, Itabela, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaguaçu Da Bahia, Itaju Do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itambé, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itapitanga, Itarantim, Itororó, Ituaçu, Iuiu, Jaborandi, Jacaraci, Jequié, Jitaúna, João Dourado, Jucuruçu, Jussara, Jussari, Jussiape, Lafaiete Coutinho, Lagoa Real, Lajedão, Lapão, Lençóis, Licínio De Almeida, Livramento De Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Macaúbas, Maetinga¸ Maiquinique, Malhada, Malhada De Pedras, Manoel Vitorino¸ Mansidão¸ Maracás, Maraú, Mascote, Matina, Medeiros Neto, Mirante, Morpará, Morro Do Chapéu, Mortugaba¸ Mucugê, Mucuri, Mulungu Do Morro, Muquém Do São Francisco, Nova Canaã, Nova Ibiá, Nova Viçosa¸ Novo Horizonte, Oliveira Dos Brejinhos, Palmas De Monte Alto, Palmeiras, Paramirim, Paratinga, Pau Brasil, Piatã , Pindaí, Piripá, Planaltino, Planalto, Poções, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros, Riachão Das Neves, Riacho De Santana, Ribeirão Do Largo¸ Rio De Contas, Rio Do Antônio, Rio Do Pires¸ Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz Da Vitória¸ Santa Luzia, Santa Maria Da Vitória, Santa Rita De Cássia¸ Santana, São Desidério, São Félix Do Coribe, São Gabriel¸ São José Da Vitória, Seabra, Sebastião Laranjeiras, Serra Do Ramalho, Serra Dourada, Sítio Do Mato, Souto Soares, Tabocas Do Brejo Velho, Tanhaçu, Tanque Novo, Teixeira De Freitas¸ Tremedal, Ubaitaba, Ubatã, Uibaí¸ Uma, Urandi, Uruçuca, Vereda, Vitória Da Conquista, Wanderley, Xique-Xique.

**ITEM 02:** Abaíra, Aiquara, Alcobaça, Almadina, América Dourada, Anagé, Andaraí, Angical, Apuarema, Aracatu, Arataca, Aurelino Leal, Baianópolis, Barra, Barra Da Estiva, Barra Do Choça, Barra Do Mendes, Barra Do Rocha, Barreiras, Barro Alto, Barro Preto, Belmonte, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus Da Lapa, Bom Jesus Da Serra, Boninal, Bonito, Boquira, Botuporã, Brejolândia, Brotas De Macaúbas, Brumado, Buerarema, Buritirama, Caatiba, Caculé, Caetanos, Caetité, Cafarnaum, Camacan, Canápolis, Canarana, Canavieiras, Candiba, Cândido Sales, Caraíbas, Caravelas, Carinhanha, Catolândia, Caturama, Central, Coaraci, Cocos, Condeúba, Contendas Do Sincorá, Cordeiros, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Dário Meira, Dom Basílio, Encruzilhada, Érico Cardoso, Eunápolis, Feira Da Mata, Firmino Alves, Floresta Azul, Formosa Do Rio Preto, Gentio Do Ouro, Gongogi, Guajeru, Guanambi, Guaratinga, Ibiassucê, Ibicaraí, Ibicoara, Ibicuí, Ibipeba, Ibipitanga, Ibirapitanga, Ibirapuã, Ibirataia, Ibitiara, Ibititá, Ibotirama, Igaporã, Iguaí, Ilhéus, Ipiaú, Ipupiara, Iramaia, Iraquara, Irecê, Itabela, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaguaçu Da Bahia, Itaju Do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itambé, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itapitanga, Itarantim, Itororó, Ituaçu, Iuiu, Jaborandi, Jacaraci, Jequié, Jitaúna, João Dourado, Jucuruçu, Jussara, Jussari, Jussiape, Lafaiete Coutinho, Lagoa Real, Lajedão, Lapão, Lençóis, Licínio De Almeida, Livramento De Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Macaúbas, Maetinga¸ Maiquinique, Malhada, Malhada De Pedras, Manoel Vitorino¸ Mansidão¸ Maracás, Maraú, Mascote, Matina, Medeiros Neto, Mirante, Morpará, Morro Do Chapéu, Mortugaba¸ Mucugê, Mucuri, Mulungu Do Morro, Muquém Do São Francisco, Nova Canaã, Nova Ibiá, Nova Viçosa¸ Novo Horizonte, Oliveira Dos Brejinhos, Palmas De Monte Alto, Palmeiras, Paramirim, Paratinga, Pau Brasil, Piatã , Pindaí, Piripá, Planaltino, Planalto, Poções, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros, Riachão Das Neves, Riacho De Santana, Ribeirão Do Largo¸ Rio De Contas, Rio Do Antônio, Rio Do Pires¸ Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz Da Vitória¸ Santa Luzia, Santa Maria Da Vitória, Santa Rita De Cássia¸ Santana, São Desidério, São Félix Do Coribe, São Gabriel¸ São José Da Vitória, Seabra, Sebastião Laranjeiras, Serra Do Ramalho, Serra Dourada, Sítio Do Mato, Souto Soares, Tabocas Do Brejo Velho, Tanhaçu, Tanque Novo, Teixeira De Freitas¸ Tremedal, Ubaitaba, Ubatã, Uibaí¸ Uma, Urandi, Uruçuca, Vereda, Vitória Da Conquista, Wanderley, Xique-Xique.

**ITEM 03:** Abaíra, Aiquara, Alcobaça, Almadina, América Dourada, Anagé, Andaraí, Angical, Apuarema, Aracatu, Arataca, Aurelino Leal, Baianópolis, Barra, Barra Da Estiva, Barra Do Choça, Barra Do Mendes, Barra Do Rocha, Barreiras, Barro Alto, Barro Preto, Belmonte, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus Da Lapa, Bom Jesus Da Serra, Boninal, Bonito, Boquira, Botuporã, Brejolândia, Brotas De Macaúbas, Brumado, Buerarema, Buritirama, Caatiba, Caculé, Caetanos, Caetité, Cafarnaum, Camacan, Canápolis, Canarana, Canavieiras, Candiba, Cândido Sales, Caraíbas, Caravelas, Carinhanha, Catolândia, Caturama, Central, Coaraci, Cocos, Condeúba, Contendas Do Sincorá, Cordeiros, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Dário Meira, Dom Basílio, Encruzilhada, Érico Cardoso, Eunápolis, Feira Da Mata, Firmino Alves, Floresta Azul, Formosa Do Rio Preto, Gentio Do Ouro, Gongogi, Guajeru, Guanambi, Guaratinga, Ibiassucê, Ibicaraí, Ibicoara, Ibicuí, Ibipeba, Ibipitanga, Ibirapitanga, Ibirapuã, Ibirataia, Ibitiara, Ibititá, Ibotirama, Igaporã, Iguaí, Ilhéus, Ipiaú, Ipupiara, Iramaia, Iraquara, Irecê, Itabela, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaguaçu Da Bahia, Itaju Do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itambé, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itapitanga, Itarantim, Itororó, Ituaçu, Iuiu, Jaborandi, Jacaraci, Jequié, Jitaúna, João Dourado, Jucuruçu, Jussara, Jussari, Jussiape, Lafaiete Coutinho, Lagoa Real, Lajedão, Lapão, Lençóis, Licínio De Almeida, Livramento De Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Macaúbas, Maetinga¸ Maiquinique, Malhada, Malhada De Pedras, Manoel Vitorino¸ Mansidão¸ Maracás, Maraú, Mascote, Matina, Medeiros Neto, Mirante, Morpará, Morro Do Chapéu, Mortugaba¸ Mucugê, Mucuri, Mulungu Do Morro, Muquém Do São Francisco, Nova Canaã, Nova Ibiá, Nova Viçosa¸ Novo Horizonte, Oliveira Dos Brejinhos, Palmas De Monte Alto, Palmeiras, Paramirim, Paratinga, Pau Brasil, Piatã , Pindaí, Piripá, Planaltino, Planalto, Poções, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros, Riachão Das Neves, Riacho De Santana, Ribeirão Do Largo¸ Rio De Contas, Rio Do Antônio, Rio Do Pires¸ Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz Da Vitória¸ Santa Luzia, Santa Maria Da Vitória, Santa Rita De Cássia¸ Santana, São Desidério, São Félix Do Coribe, São Gabriel¸ São José Da Vitória, Seabra, Sebastião Laranjeiras, Serra Do Ramalho, Serra Dourada, Sítio Do Mato, Souto Soares, Tabocas Do Brejo Velho, Tanhaçu, Tanque Novo, Teixeira De Freitas¸ Tremedal, Ubaitaba, Ubatã, Uibaí¸ Uma, Urandi, Uruçuca, Vereda, Vitória Da Conquista, Wanderley, Xique-Xique.

**ITEM 04:** Abaíra, Aiquara, Alcobaça, Almadina, América Dourada, Anagé, Andaraí, Angical, Apuarema, Aracatu, Arataca, Aurelino Leal, Baianópolis, Barra, Barra Da Estiva, Barra Do Choça, Barra Do Mendes, Barra Do Rocha, Barreiras, Barro Alto, Barro Preto, Belmonte, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus Da Lapa, Bom Jesus Da Serra, Boninal, Bonito, Boquira, Botuporã, Brejolândia, Brotas De Macaúbas, Brumado, Buerarema, Buritirama, Caatiba, Caculé, Caetanos, Caetité, Cafarnaum, Camacan, Canápolis, Canarana, Canavieiras, Candiba, Cândido Sales, Caraíbas, Caravelas, Carinhanha, Catolândia, Caturama, Central, Coaraci, Cocos, Condeúba, Contendas Do Sincorá, Cordeiros, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Dário Meira, Dom Basílio, Encruzilhada, Érico Cardoso, Eunápolis, Feira Da Mata, Firmino Alves, Floresta Azul, Formosa Do Rio Preto, Gentio Do Ouro, Gongogi, Guajeru, Guanambi, Guaratinga, Ibiassucê, Ibicaraí, Ibicoara, Ibicuí, Ibipeba, Ibipitanga, Ibirapitanga, Ibirapuã, Ibirataia, Ibitiara, Ibititá, Ibotirama, Igaporã, Iguaí, Ilhéus, Ipiaú, Ipupiara, Iramaia, Iraquara, Irecê, Itabela, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaguaçu Da Bahia, Itaju Do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itambé, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itapitanga, Itarantim, Itororó, Ituaçu, Iuiu, Jaborandi, Jacaraci, Jequié, Jitaúna, João Dourado, Jucuruçu, Jussara, Jussari, Jussiape, Lafaiete Coutinho, Lagoa Real, Lajedão, Lapão, Lençóis, Licínio De Almeida, Livramento De Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Macaúbas, Maetinga¸ Maiquinique, Malhada, Malhada De Pedras, Manoel Vitorino¸ Mansidão¸ Maracás, Maraú, Mascote, Matina, Medeiros Neto, Mirante, Morpará, Morro Do Chapéu, Mortugaba¸ Mucugê, Mucuri, Mulungu Do Morro, Muquém Do São Francisco, Nova Canaã, Nova Ibiá, Nova Viçosa¸ Novo Horizonte, Oliveira Dos Brejinhos, Palmas De Monte Alto, Palmeiras, Paramirim, Paratinga, Pau Brasil, Piatã , Pindaí, Piripá, Planaltino, Planalto, Poções, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros, Riachão Das Neves, Riacho De Santana, Ribeirão Do Largo¸ Rio De Contas, Rio Do Antônio, Rio Do Pires¸ Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz Da Vitória¸ Santa Luzia, Santa Maria Da Vitória, Santa Rita De Cássia¸ Santana, São Desidério, São Félix Do Coribe, São Gabriel¸ São José Da Vitória, Seabra, Sebastião Laranjeiras, Serra Do Ramalho, Serra Dourada, Sítio Do Mato, Souto Soares, Tabocas Do Brejo Velho, Tanhaçu, Tanque Novo, Teixeira De Freitas¸ Tremedal, Ubaitaba, Ubatã, Uibaí¸ Uma, Urandi, Uruçuca, Vereda, Vitória Da Conquista, Wanderley, Xique-Xique.

# DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

## Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem o Apoio à fiscalização e supervisão técnica dos serviços de engenharia relativos à revitalização de bacias hidrográficas na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia, contemplando:

## Acompanhamento e fiscalização das obras e serviços de engenharia relativos à revitalização de bacias hidrográficas.

## Fiscalização relacionada às doações do desenvolvimento territorial.

## Emissão de relatório, conforme modelo a ser disponibilizado pela CODEVASF, contendo informações acerca do acompanhamento dos serviços de engenharia executados e memória dos quantitativos executados entre os períodos das realizações de tarefas.

### Os trabalhos deverão ser executados pela seguinte equipe técnica:

* Profissional graduado em Engenharia Civil ou Sanitária, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA; para as atividades de apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras e serviços de engenharia relacionada a abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.
* Profissional graduado em Engenharia Agronômica, ou Engenharia Ambiental, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA; para as atividades acompanhamento e fiscalização dos serviços de engenharia relativos à conservação de água e solo (controle de processos erosivos, manejo de águas pluviais).
* Profissional de nível Técnico em Saneamento, ou Técnico em Edificações ou similar, devidamente registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT; para as atividades de acompanhamento e fiscalização das instalações de cisternas e avaliação de sua vazão após instalação, e das obras de esgotamento sanitário.
* Profissional de nível Técnico Agrícola, ou Técnico em Agricultura ou Técnico em Agropecuária, devidamente registrado no Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas - CFTA; para as atividades de fiscalização relacionada às doações do desenvolvimento territorial, e acompanhamento e fiscalização aos serviços de engenharia relativos à conservação da água e solo (controle de processos erosivos, manejo de águas pluviais, etc.).

# CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

* 1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, nacionais, individuais que atendam às exigências deste TR e seus anexos.
  2. **CONSÓRCIO**

### Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de consórcio.

* 1. **SUBCONTRATAÇÃO**
     1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência.

6.4 **CAPITAL SOCIAL**

6.4.1 As licitantes deverão apresentar capital social mínimo de 10% (dez porcento) do valor orçado pela CODEVASF para cada Item.

# VISITA AO LOCAL DAS OBRAS

* 1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO** será obrigatória, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obterem, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

### É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

### A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração –

### Anexo **II** deste TR), através dos seus prepostos.

## 7.1.3 Os custos de visitas aos locais das obras/serviços ocorrerão por exclusiva conta do licitante.

## Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços de engenharia, as licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade socioambiental (GRR) da 2ª Superintendência Regional – Bom jesus da Lapa, no estado da Bahia, no telefone (77) 3481-8050/8051/8053.

# PROPOSTA FINANCEIRA

* 1. A Proposta de Preço por item deverá ser firme e precisa, com clareza e sem rasuras, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstos neste TR e seus anexos constitutivos.
  2. A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:

1. Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Detalhada) com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada) – Anexo IV, que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela CODEVASF, conforme inciso I do art. 54 da Lei nº 13.303 de 30/06/2016.
2. Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;

* Os salários dos profissionais referidos nestes Termos de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº 4.950A/66 (caso dos engenheiros e conforme ADPF 53 – Ref / PI) ou aos pisos fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria profissional e em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

1. As Planilhas de Custos Resumida e Detalhada da Licitante deverão ser preenchidas e assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
2. Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço.
3. O licitante de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários próprios de composição de preços unitários, ofertados por item e subitem, com clareza, sem rasuras, vedado a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

- A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;

- O licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante;

- O licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;

- No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais pertence à composição, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;

- As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.

1. Detalhamento dos Encargos Sociais – Quadro PO-XIV - (Anexo III)
2. Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Resumida), obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.
   1. A Proposta deve se basear no ANEXO IV – Orçamento de Referência, e não pode apresentar:
3. Preço global da proposta maior que a orçada pela CODEVASF;
4. Custo unitário por insumo maior que a orçada pela CODEVASF;
5. Modificação nos quantitativos;
6. Custos e preços unitários inexequíveis.
   * 1. Serão considerados preços unitários inexequíveis aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e ou à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com a execução dos serviços objeto desta licitação, e que apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais empresas ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
   1. Na PROPOSTA apresentada pela LICITANTE deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.
   2. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

## Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser do município onde serão prestados os serviços. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços.

### No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido.

### As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.

## O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.

## As despesas relativas ao deslocamento da equipe deverão ser lançadas no Quadro PFS-VII (ver Anexo IV).

## As despesas relativas aos serviços gráficos deverão ser lançadas no Quadro PFS-VIII (ver Anexo IV).

1. **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
   1. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
      1. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
2. Registro ou inscrição da empresa no Órgão competente e referente à realização dos serviços descritos neste Termo de Referência, sendo eles o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), no conselho Federal dos técnicos Agrícolas (CFTA) ou ainda, no Conselho regional dos Técnicos Industriais (CRT), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
3. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme subitem 7 e
4. Anexo **II**) informando que tem conhecimento do local onde serão executados os serviços de engenharia, emitido pelo próprio licitante, assinada pelo (s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
5. **Atestado de Capacidade Técnico-Operacional** em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – do(s) profissional(is) responsável(is) à época, devidamente registrado no CREA, CFTA, CRT, da região onde os serviços foram executados, que comprove que a licitante tenha executado serviços relativos ao abjeto deste Termo de Referência ou serviços similares, conforme descrito abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Serviços a serem realizados** | **Quantidade Mínima** |
| **ITEM I** | Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras e serviços de engenharia de sistema de abastecimento de água ou esgotamento sanitário para áreas com população igual ou superior a 5 mil habitantes. | 01 Unidade |
| **ITEM II** | Apoio à fiscalização e supervisão técnica dos serviços de engenharia relativos à conservação de água e solo (controle de processos erosivos). | 01 Unidade |
| **ITEM III** | Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras e serviços de engenharia relativos à instalação e/ou validação dos sistemas de abastecimento por cisternas e das obras de esgotamento sanitário. | 01 Unidade |
| **ITEM IV** | Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras e serviços de engenharia relativos à instalação e/ou validação dos sistemas de abastecimento por cisternas, as doações do desenvolvimento territorial, e controle de processos erosivos. | 01 Unidade |

1. Os quantitativos mínimos exigidos para cada item deverão ser comprovados diante da apresentação de atestados para efeito de comprovação de qualificação técnica. Será permitido o somatório de atestados para cada item, visando atingir os quantitativos mínimos necessários.
2. Entende-se por serviços similares os projetos que contemplam os itens ou os serviços descritos a seguir:

* Supervisão, fiscalização, gerenciamento, acompanhamento de obras de infraestrutura hídrica, envolvendo Serviços de Abastecimento de Água e/ou Sistema de Esgotamento Sanitários e/ou adutoras;
* Supervisão, fiscalização, gerenciamento, acompanhamento de serviços de controle de processos erosivos;
* Supervisão, gerenciamento, fiscalização de execução de plano de recuperação de áreas degradadas;
* Supervisão, gerenciamento, fiscalização de serviços de recuperação de áreas de preservação permanente em margens de rios, nascentes, entre outras;
* Supervisão/fiscalização de serviços rurais ou fiscalização de serviços engenharia ou serviços de levantamento planialtimétrico cadastral.
* Supervisão/fiscalização dos serviços de implantação de cisternas, verificação de vazão, e obras de esgotamento sanitário;
* Supervisão/fiscalização da devida aplicação das doações para o desenvolvimento territorial.

1. Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, CFTA, CRT, em destaque, os seguintes dados:
   * 1. local de execução,
     2. nome do contratante e da pessoa jurídica contratada,
     3. nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) nos respectivos conselhos;
     4. descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e
     5. o prazo final de execução.
2. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
3. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
4. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
5. Caso o licitante participe de mais de um item não será necessário a repetição da apresentação do mesmo atestado por item, devendo o licitante apenas fazer referência para quais itens destinar-se-ão os atestados apresentados.
6. **Capacidade Técnico-Profissional**: Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no respectivo conselho, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviços relativos ao apoio à fiscalização e supervisão das ações de revitalização e desenvolvimento territorial.
7. Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:

* O empregado;
* O sócio;
* O detentor de contrato de prestação de serviço.

1. A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de:

* Empregado: Ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante;
* Dirigente ou sócio: Contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional ou ato constitutivo da empresa; ou
* Autônomo: Contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

1. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados

# ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## O valor estimado para a contratação dos serviços de engenharia, objeto deste Termo de Referência é de **R$ 4.990.626,57 (quatro milhões, novecentos e noventa mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos)**; com data de referência de SINAPI - outubro/2023; ORSE - setembro/2023; SICRO – julho/2023 e ainda, cotações específicas de mercado, conforme detalhado abaixo.

## **ITEM 01**

Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras e serviços de engenharia, envolvendo o uso de caminhonete 180CV 4 X 4. Engenheiro.

**TOTAL ITEM 01** R$ 1.487.032,19 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, tinta e dois reais e dezenove centavos). (**150 tarefas**).

## **ITEM 02**

Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras e serviços de engenharia, envolvendo o uso de veículo leve. Engenheiro.

## **TOTAL ITEM 02** R$ 1.697.838,14 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e quatorze centavos). (**210 tarefas**).

**ITEM 03**

Apoio a fiscalização e supervisão técnica das obras e serviços de engenharia, envolvendo o uso de caminhonete 180CV 4 X 4. Nível Técnico.

**TOTAL ITEM 03** R$ 912.579,38 (novecentos e doze mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos). (**150 tarefas**).

**ITEM 04**

Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras e serviços de engenharia, envolvendo o uso de veículo leve. Nível Técnico.

**TOTAL ITEM 04** R$ 893.176,86 (oitocentos e noventa e três mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos). (**210 tarefas**).

* 1. Estão inclusos no valor acima os custos indiretos, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e preços unitários dos serviços constam da Planilha - Anexo IV - Orçamento Referencial, parte integrante deste Termo de Referência.
  2. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI) e no Sistema de Custos Rodoviários do DNIT (SICRO), e Sistema de Orçamento de Obras do Sergipe (ORSE), na data-base dos meses de outubro/julho/setembro do ano de 2023 respectivamente não desonerado, atendendo ao disposto na Lei nº 13.080, de 02/01/2015 (LDO 2015) e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos os custos indiretos, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.
  3. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DESPESAS FISCAIS: | ISS: 5,47% - PIS: 0,71% - Cofins: 3,28% | |
| ENCARGOS SOCIAIS: | 71,22% Equipe com vínculo | |
| OUTROS: | Custos de Administração: 8,0% | Remuneração da Empresa (Lucro): 10% dos custos diretos |

* 1. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

# PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

* 1. O prazo de vigência do SRP será de 12 (doze) meses.
  2. O prazo máximo para execução do objeto deste TR é de 40 (quarenta) meses sendo o prazo máximo de vistoria correspondente a 15 dias consecutivos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme especificado abaixo, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes:
  3. O prazo para vigência do contrato firmado a partir do presente SRP, (referente a todos os itens), após a emissão da ordem de serviço, será igual ao prazo de execução do objeto informado acima, contados a partir da emissão da Assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços.
  4. A prorrogação do prazo de execução dos serviços de apoio à fiscalização está condicionada à prorrogação do prazo de execução da obra(s)/serviço(s) sob o(s) qual(is) é realizada a fiscalização.
  5. A expedição da “Ordem de Serviço” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial da União” e entrega das “Garantias de Cumprimento do Contrato e Riscos de Engenharia”, na Unidade de Finanças da CODEVASF

1. **FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
   1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

### A Codevasf pagará à Contratada mediante a apresentação de faturas mensais, que deverão ser acompanhadas de Relatório Mensal de Execução dos serviços, e parecer da Fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento Técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.

### A Codevasf somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

### Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

### A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.

### A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, comprovante dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS) e do ISS do mês anterior.

### Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:

1. Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
2. Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
3. Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
4. Moradia, alimentação e transporte.
   1. O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender às exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 81 da Lei nº 13.303/2016).
   2. Consideram-se ainda para execução dos serviços as seguintes condições:

## As visitas realizadas por semana por cada frente de serviço, comporão uma tarefa.

## As tarefas referentes às fiscalizações técnicas serão planejadas em reunião entre a Contratada e a CODEVASF;

## As tarefas referentes às fiscalizações técnicas poderão ser sazonais;

## A quantidade de tarefas durante um período poderá variar;

## Poderá ser demanda várias tarefas no mesmo período por causa do período de medição dos contratos de execução, assim a Contratada deverá estar preparada para disponibilização de várias equipes para execução dos serviços;

## A Contratada deverá planejar o atendimento conforme demanda da CODEVASF para realizar as tarefas;

## Após aprovação do planejamento em reunião será emitida uma Autorização de Execução com as datas de entrega dos relatórios técnicos referente às tarefas;

## O prazo máximo para entrega de um relatório técnico será de 5 (cinco) dias úteis ou até o quarto dia útil do mês subsequente à realização da tarefa, ou seja, adotando o menor prazo;

## As tarefas deverão ocorrer após indicação da localização onde serão realizadas e aprovada em reunião pela CODEVASF e Contratada para emissão da Autorização de Execução.

# REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

## Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial publicado na revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 39 (Custo Nacional da Construção Civil) - Serviços de Consultoria, aplicando-se a seguinte fórmula:

Onde:

*R* = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I1 = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

## A Licitante não poderá alegar variações de custos dos materiais, salários e despesas no período vigente da ATA para não execução dos serviços, pois está previsto somente o reajustamento.

# ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

## A contratada deverá realizar junto com a fiscalização da CODEVASF um planejamento das tarefas no mês, indicando a data de início e conclusão para o acompanhamento.

## Deverá ser determinada a data de apresentação de cada relatório técnico de visita em duas vias assinadas de forma impressa ou digital, a critério da Codevasf.

## O relatório deverá indicar os problemas dos serviços de engenharia, bem como as possíveis soluções com aspectos técnicos e custos macros para implantações das mesmas.

## O relatório de medição deverá conter as memórias dos quantitativos executados e aprovados, assinadas pela empresa construtora/executora dos serviços, bem como pelo técnico que realizou a vistoria objeto deste TR.

## A memória será referente ao período de execução, mas no relatório da tarefa deverá ser apresentada a planilha de medição acumulada e indicando os saldos, conforme modelo a ser entregue pela CODEVASF quando da reunião de planejamento dos serviços.

## Os serviços a serem fiscalizados deverão estar executados conforme Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e projetos da CODEVASF e suas especificações.

## A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.

## Os relatórios, desenhos, memoriais, etc., deverão obedecer às unidades do Sistema Métrico Internacional. Se houver necessidade de citar outras unidades, os valores expressos nestas serão indicados entre parênteses, ao lado da correspondente unidade oficial.

## Os relatórios, desenhos, memoriais, etc., deverão obedecer às unidades do Sistema Métrico Internacional. Se houver necessidade de citar outras unidades, os valores expressos nestas serão indicados entre parênteses, ao lado da correspondente unidade oficial.

## Os relatórios técnicos referente às tarefas deverão ser disponibilizados pela Contratada em meio digital contendo a respectiva assinatura com certificado digital.

## Os envios de relatórios técnicos, prestações de informações, e demais contatos serão obrigatoriamente realizados através do Coordenador de trabalhos da equipe, da empresa contratada.

## A contratada deverá disponibilizar sistema de navegação GPS portátil que atenda às necessidades do presente termo de referência.

## A contratada deverá fornecer todas as condições (deslocamento, estadia, alimentação, estrutura física, equipamentos de escritório e de campo, entre outros) para que a sua equipe execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf.

# ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

## 

## Elaboração de Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços abaixo, contendo a sequência de etapas/fases/tarefas, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos:

1. Apoio à fiscalização e supervisão das ações de revitalização e desenvolvimento territorial;
2. Descrição da metodologia de trabalho;
3. Descrição do planejamento e da execução das atividades.

## Elaboração de relatórios mensais de progresso das ações do objeto deste Termo de Referência a ser apresentado pela contratada, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais contendo as coordenadas geográficas do andamento dos empreendimentos.

## Relatório ambiental – o relatório de atendimento às condicionantes ambientais deverá ser entregue de acordo com o cronograma disposto na referida, caso seja uma área com necessidade de licenciamento, junto a medição da Construtora, bem como enviar uma cópia à 2ª SR GRR/UMA.

## Relatório de acompanhamento técnico da obra – deverá ser entregue mensalmente junto à medição da Construtora.

## Relatório de acompanhamento de serviços – deverá ser entregue mensalmente junto à medição da Construtora, bem como na medição da empresa de apoio a fiscalização.

## Material de Divulgação – materiais a serem elaborados para divulgação da obra, sob aprovação da Codevasf.

## Relatório Final - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, no qual a contratada apresenta o relato de todos os serviços executados. Elaborar os Relatórios Finais com os desenhos “as built”.

# APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

## Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

## As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.

## A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.

## Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal, Anual e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada devidamente assinados e encaminhados em meio digital.

# MULTAS

## Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independentemente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

## Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

## As multas aplicadas não poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão do artigo 141, alínea “b” do RILC.

## Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela **Codevasf**, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.

1. A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
2. Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
3. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
4. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Unidade Regional de Finanças, o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

## O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05(cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

## Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da **Codevasf**, que poderá relevar ou não a multa.

## Em caso de relevação da multa, a **Codevasf** se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

## Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

# GARANTIA DE EXECUÇÃO

## Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10(dez) dias úteis após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitido por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

### A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.

## A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue naUnidade de Finanças da Codevasf.

## A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor e com cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato.

## Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

## A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela **Codevasf**, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da **Codevasf**.

## A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão contratual, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

## Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

## Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão contratual, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

## A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

# FISCALIZAÇÃO

## A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contratos da Codevasf.

## Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

## O Relatório de Acompanhamento Físico do Contrato será definido juntamente com a fiscalização do contrato.

## A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.

## Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

## Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

## Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.

## Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.

## Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.

## Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.

## Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.

## O fiscal do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.

## Analisar e aprovar os relatórios mensal e final constantes do item 15. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.

## Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

## Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.

## Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.

## Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.

## Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

## Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.

## Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.

## Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.

## Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassarem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

## Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.

## Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

## A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

## A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

# RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

## Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 15 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.

### Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.

### Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

### Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.

### Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

### Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.

### O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

### Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.

### A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica (ACT);

c) Liberação da Caução Contratual.

### A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

# SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

## A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

1. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
2. Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
3. Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

# CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

## A contratada, quando da execução dos serviços de acompanhamento objeto deste Termo de Referência, deverá estar atenta, se a execução do referido objeto está atendendo à legislação vigente que estabelece diretrizes para a sustentabilidade ambiental, no tocante a projetos, serviços de engenharia e aquisição de materiais, quais sejam:

## A fiscalização deverá ser executada em total conformidade com a Licença Ambiental, quando couber.

## Atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012. E**m seu art. 4º, o Decreto nº** 7.746, estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais. São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
7. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras e
8. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

## Com base nas diretrizes supracitadas, atentar-se para o atendimento de alguns critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010 (MPOG), para a elaboração do projeto básico e/ou executivo, serviços de engenharia e aquisição de materiais, tais como:

1. Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
2. Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
3. Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
4. Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
5. Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
6. Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
7. Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
8. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
9. Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

## Ainda de acordo com a referida IN 01/2010, na elaboração do projeto básico e/ou executivo deverão ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

## Deverá atentar-se ao atendimento às diretrizes estabelecidas no art. 4º da Lei nº 12.462/11, em seus § 1º e § 2º, que diz:

1. § 1º As contratações realizadas com base no RDC devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:
2. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
3. Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
4. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;
5. Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
6. Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e
7. Acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
8. § 2º O impacto negativo sobre os bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados deverá ser compensado por meio de medidas determinadas pela autoridade responsável, na forma da legislação aplicável.

## Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde deverão ser adotadas as seguintes providências:

1. Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
2. Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
3. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
   1. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
4. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
   1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
   2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
   3. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
   4. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
   5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
   6. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
5. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
7. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
8. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
   1. Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
   2. Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
   3. Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

## Deverão ser observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e suas alterações, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

1. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
2. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

## Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei n° 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, deverá ser efetuado o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2°, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

## Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

# OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

## A equipe de apoio será responsável por fiscalizar todos os itens constantes no contrato além dos itens executados fisicamente em campo, que incluem:

1. Instalação de placa de obra;
2. Constatação das condições de trabalho;
3. Solicitação de diário de obra e congêneres;
4. Conferência de projeto executivo.

## A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

1. Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos, conforme o subitem 0.
2. Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
3. As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART’s referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução n° 317 de 31/10/86.

## 

## A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

## Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE, na 2ª Superintendência Regional em Bom Jesus da Lapa, Bahia.

## Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

## Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.

## Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

## Alocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.

## Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.

## Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CFTA ou CRT.

## A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

## Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.

## Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.

## A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.

## Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.

## A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.

## Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

## Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

## Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

## A CONTRATADA deverá certificar-se que os serviços de engenharia relativos a revitalização estão sendo executados em conformidade com a legislação de meio ambiente e recursos hídricos, informando à empresa construtora/executora dos serviços e à fiscalização qualquer necessidade de regularização junto aos órgãos competentes.

## A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

## A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

## A CONTRATADA deverá acompanhar junto a empresa responsável pelas obras, a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.

## A CONTRATADA deverá realizar tarefas no local de execução das obras e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s.

## A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

## A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução dos serviços objeto da presente licitação, atender ainda às seguintes normas complementares:

1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
2. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

## Os veículos a serem utilizados visando o apoio a fiscalização deverão estar devidamente identificados como: “A SERVIÇO DA CODEVASF”, em atendimento a CI nº 078/2020 do PR/GB.

## Os veículos deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:

|  |
| --- |
| **CODEVASF**  APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DAS AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL |

## Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos necessários a execução dos serviços de apoio a fiscalização e supervisão técnica, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária

## Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.

## A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.

# OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

## Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

## Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

## Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

## Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

## Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

## Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.

## Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

# MATRIZ DE RISCOS

20.1 A matriz de riscos está apresentada no anexo V deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

20.2 A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.

20.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

20.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

20.5 A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

20.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

20.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

20.8 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.

20.9 Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

20.10 A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

# CONDIÇÕES GERAIS

## Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

## Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

# ANEXOS

## São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

* Anexo I: Justificativas;
* Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;
* Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais;
* Anexo IV: Orçamento Estimativo de Referência e Cronograma Físico-Financeiro Itens I, II, III e IV;
* Anexo V: Matriz de Riscos;
* Anexo VI: Modelos de Relatórios;

Anexo I: Justificativas

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

**Justificativas:**

**Da necessidade da contratação**

Os serviços ora propostos visam garantir à CODEVASF, por meio da 2ª Superintendência Regional o acompanhamento de serviços de engenharia vinculados a revitalização da bacia do São Francisco. Justifica-se a contratação de empresa para dar suporte à CODEVASF, a qual precisa executar a fiscalização localmente e atendendo aos prazos estabelecidos.

**Regime de execução -** **Empreitada por Preços Unitários**: Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, conforme preços unitários propostos pela contratada.

**Permite Participação de Consórcios**:

### **Não:** Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

**Permite Subcontratação**:

* + - * 1. **Não**: Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência.

**Participação de Cooperativa**: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

**Visita:** A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO** será obrigatória, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obterem, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual** (no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro): Os serviços a serem contratados serão executados no prazo **NÃO** superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Desapropriação**: Não aplicável. Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

**Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens:** Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas no Projeto Básico, como também em razão da especificidade de execução que compreende no uso de veículos distintos na área de atuação da 2ª Superintendência Regional e visando ampliar o caráter competitivo da licitação considerando que o objeto é viável tecnicamente e economicamente sem perda de escala, conforme consta no presente Termo de Referência.

Em razão da especificidade de execução de cada serviço, ainda, o cumprimento dos prazos estabelecidos para conclusão dos serviços e ações de conservação de água e solo em cada microrregião, o objeto da licitação foi dividido em quatro Itens conforme consta do TR.

**Critério de Julgamento**: Menor preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

**Divulgação do valor orçado:** Será divulgado o valor orçado para servir como referência, tendo em vista que o critério de julgamento é menor preço.

**Divulgação da IRP:** A IRP não será divulgada. Considerando que a divulgação da IRP pode acarretar um acréscimo de dias úteis além do mínimo para a realização do aqui referido, devido à possibilidade de participação de outros Órgão da Administração pública. Considerando a necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório perante a perspectiva de liberação orçamentária nos últimos meses do exercício, uma vez que qualquer atraso poderá comprometer as contratações, trazendo prejuízos ao interesse público, considerando ainda a possibilidade jurídica de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, conforme PRECEITUA o § 1º, do Art. 4º, do Decreto 7.892/2013, Acórdão 2618/2018-Plenário TCU e Art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços

**Sustentabilidade Ambiental**: Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável. Deve ser obedecido ao prescrito nas condicionantes da Licença Ambiental, quando couber, e ao atendimento aos prazos nela estipulados.

**Garantia do Objeto**: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.O empreiteiro responderá durante 5 (cinco anos), pela solidez e segurança do trabalho.

**Qualificação Técnica:** As exigências de comprovações técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para a atividade.

**Licença Ambiental**: No presente TR não está prevista a realização de obras ou de atividades degradadoras ou utilizadoras de recursos naturais que sejam passíveis de licenciamento ambiental.

**Permissão de adesão às atas por órgãos não participantes:** Será permitida a adesão de órgãos não participantes da Ata de Registro de Preços, visto que a CODEVASF tem outras Superintendências Regionais, as quais poderão ter necessidade de aquisição de itens licitados neste certame licitatório. Considerando os seguintes argumentos:

* Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar um quantitativo superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento;
* A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim à competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos os itens licitados;
* Por outro lado, para os órgãos que pegam carona no SRP há inúmeras vantagens, dentro das quais podemos citar:
  + Agilidade no processo de execução dos serviços, já que o mesmo não precisa realizar um processo licitatório, principalmente na execução de pequenas quantidades;
  + Às vezes, dependendo da necessidade e das condições orçamentárias, certos órgãos só têm condições de executar quantitativos inferiores, o que de certa forma, nas licitações desses órgãos, os preços ofertados pelos licitantes não são competitivos quando comparados aos de outros órgãos que licitam esses mesmos itens em quantidades bem superiores.

**Da indicação do gestor da ATA:** Indica-se o Analista em Desenvolvimento Regional, Pedro Bruno Xavier Alcântara como gestor da Ata de Registro de Preços junto ao sistema COMPRASNET.

**Número do CATSERV:** O CATSERV utilizado é o 22144 - plano emergencial: proteção/controle ambiental

**Justificativa Serviços Comuns para realização Pregão Eletrônico e aplicabilidade mediante Sistema de Registro de Preços - SRP:**

Os serviços de apoio a fiscalização e supervisão técnica de serviços de engenharia relativos a revitalização em municípios na área de atuação da 2ª SR da CODEVASF, no estado da Bahia, são serviços de engenharia que podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns. Trata-se de uma atividade das mais simples, que pode ser objetivamente definida conforme especificações usuais de mercado, o que possui natureza padronizável e pouco complexa. A técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução conforme consta das especificações técnicas.

Ademais, é oportuno citar o Acórdão TCU nº 3.419/2013-Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU de 12.12.2013, o qual, dentre outras situações, julgava também a adequação do objeto ao regime de contratação. Nos itens 11 e 12 do Voto, o Relator diz: *11. “Ocorre que, como assinalado pela unidade técnica, o objeto da licitação não se caracteriza exclusivamente como execução de obras, embora seja admitida a realização de reforma de agências, sem ampliações. A maior demanda prevista é de serviços de readequação de ambientes, sendo que as obras, quando necessárias, são apenas de natureza pontual e complementar. 12. Como, no concreto, os serviços de reforma previstos, além de materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenção isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa, entendo não haver óbice ao emprego do sistema de registro de preços na sua contratação”*.

A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP é aplicável ao objeto desta licitação; considerando a imprevisibilidade do quantitativo e/ou do momento em que essas contratações se farão necessárias, e levando em consideração também da imprevisibilidade da disponibilidade de recursos orçamentários diante das necessidades frequentes da contratação desses serviços. Note-se que, dentre outros aspectos, e da necessidade frequente, bem como a inviabilidade de prévia definição da respectiva periodicidade e quantitativos inerentes a cada contratação, o que se presta ainda a justificar a constituição de SRP, em compatibilidade com o disposto no art. 3º, especialmente, Incisos I e IV do Decreto nº. 7892/2013.

**Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, \_\_\_/\_\_\_/202\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais

**PO - Detalhamento dos Encargos Sociais – Mensalista –Sem Desoneração**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISCRIMINAÇÃO** | | **MENSALISTA** |
| **%** |
| **A** |
| A1 | INSS | 20,00 |
| A2 | SESI | 1,50 |
| A3 | SENAI | 1,00 |
| A4 | INCRA | 0,20 |
| A5 | SEBRAE | 0,60 |
| A6 | Salário Educação | 2,50 |
| A7 | Seguro Contra Acidente de Trabalho | 3,00 |
| A8 | FGTS | 8,00 |
| A9 | SECONCI | 0,00 |
| **SUBTOTAL DE “A”:** | | **36,80** |
| **B** |
| B1 | Repouso Semanal Remunerado | Não incide |
| B2 | Feriados | Não incide |
| B3 | Auxílio-Enfermidade | 0,66 |
| B4 | 13º Salário | 8,33 |
| B5 | Licença Paternidade | 0,05 |
| B6 | Faltas Justificadas | 0,56 |
| B7 | Dias de Chuva | Não incide |
| B8 | Auxílio Acidente de Trabalho | 0,08 |
| B9 | Férias Gozadas | 8,47 |
| B10 | Salário Maternidade | 0,03 |
| **SUBTOTAL DE “B”:** | | **18,18** |
| **C** |
| C1 | Aviso Prévio Indenizado | 4,13 |
| C2 | Aviso Prévio Trabalhado | 0,10 |
| C3 | Férias Indenizadas | 2,23 |
| C4 | Depósito Rescisão Sem Justa Causa | 2,37 |
| C5 | Indenização Adicional | 0,35 |
| **SUBTOTAL DE “C”:** | | **9,18** |
| **D** |
| D1 | Reincidência de “A” sobre “B” | 6,69 |
| D2 | Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado | 0,37 |
| **SUBTOTAL DE “D”:** | | **7,06** |
| **TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS:** | | **71,22** |

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

**MODELOS DE PLANILHAS DE PREÇOS (PROPOSTA DE PREÇOS) E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**(GRAVADAS EM ARQUIVOS SEPARADOS)**

Anexo V: Matriz de Risco

**(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)**

**Anexo VI: Modelos de relatórios**

**(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO**